



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – COLEJUR

Projeto de Lei nº 093/2018

Com base no que dispõe o artigo 79 e seus parágrafos, do Regimento Interno desta Câmara Municipal, sobre a competência desta Comissão, procedemos com a elaboração deste relatório.

Trata-se do caderno processual de autoria do Executivo Municipal, que “Dispõe sobre repasse de recursos públicos ao Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim”.

O art. 2º define que serão disponibilizados e/ou repassados será de R\$ 14.400.000,00 (quatorze milhões e quatrocentos mil reais), em doze parcelas de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), além de estabelecer condições e prazos para a prestação de contas.

É preciso destacar que em muitas regiões do sul do estado, o único atendimento hospitalar disponível de forma satisfatória é aquele prestados pelo Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim, não somente em termos quantitativos, mas também de qualidade.

Tudo isso serve para justificar a aprovação da presente proposta, a qual visa propiciar ajuda financeira ao essencial Hospital Evangélico de nossa região, a fim de que eles possam fazer a sua reestruturação, sanando os problemas existentes, e estejam aptos a continuar oferecendo seus serviços de saúde pública tão necessários para o povo Itapemirino e demais região.

Cabe também mencionar que temos consciência de que esta medida não resolve o problema em definitivo, uma vez que consiste somente em repasse financeiro subsidiado pelo Município de Itapemirim, que visa tornar mais suave a gestão e o atendimento aos cidadãos do sul do Estado, mas que, terá uma solução



mais apropriada quando outros municípios também fizerem seus repasses e assumam sua parcela de responsabilidade com os seus munícipes, pois será imprescindível para o momento atual que se encontra a saúde pública.

Assim, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final desta Casa Legislativa, entende que o projeto obedece aos requisitos de constitucionalidade, legalidade e regimental idade nas proposições, não apresentando nenhum vício de ordem formal ou material, e não encontrando impedimentos à aprovação, sendo entendimento estar dito projeto apto à votação.

Em razão do exposto, exaramos parecer favorável à aprovação do projeto em plenário.

Itapemirim-ES, 31 de dezembro de 2018.

Vereador: Vagner Santos Negrine
Presidente e Relator - COLEJUR

Pelas Conclusões:

Vereador: Joiceir Cabral de Melo
Vice-Presidente - COLEJUR

Pelas Conclusões:

Vereador: Rogério da Silva Rocha
Membro - COLEJUR